

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , de 2016.
(Do Sr. Luiz Carlos Hauly)

Requer informações ao
Ministério das Comunicações.

Senhor Presidente,

Requeiro com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que ouvida a Mesa sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações as informações que segue:

- qual o arcabouço jurídico federal, estadual ou municipal, que permitiu à União aplicar mecanismos de controle público no que tange aos bens reversíveis (equipamentos, infraestrutura, logiciários ou qualquer outro bem, móvel ou imóvel, inclusive Bens de Massa, ou direito integrantes do patrimônio da Prestadora, de sua controladora, controlada ou coligada, indispensáveis à continuidade e atualidade da prestação do serviço no regime público) no caso da empresa Sercomtel S.A. Telecomunicações (CNPJ 01371416/001-89), empresa sob controle do acionista Município de Londrina, sediada na cidade de Londrina, Paraná;

- qual foi a lei municipal, estadual ou federal, ou ainda decisão judicial se houver, que autorizou a confecção do contrato entre a União e Sercomtel S.A. Telecomunicações, tem por base os bens reversíveis previstos nos artigos 86, 93 e 120 da lei 9472/1997;

- qual foi a determinação legal federal, estadual ou municipal ou decisão judicial ou decisão administrativa

colegiada que permitiu à ANATEL garantir a observância dos artigos 86, 93, 101, 102 e 120 da lei 9472/1997 no caso da empresa Sercomtel S.A. Telecomunicações;

- qual parecer jurídico da Advocacia Geral da União, Procuradoria Jurídica do Ministério das Comunicações ou da Procuradoria Federal Especializada junto à Agência Nacional de Telecomunicações sobre a existência de previsão legal para assinatura dos contratos com a empresa Sercomtel S.A. Telecomunicações tendo por base os bens reversíveis da mesma, encaminhando a cópia de tal documento ao Congresso Nacional;

- aplica-se os mesmos parâmetros jurídicos com a empresa Sercomtel Participações S.A. (CNPJ 04459311/0001-74), com sede também em Londrina?;

- qual a lista de bens reversíveis da empresa Sercomtel S.A. Telecomunicações e Sercomtel Participações S.A. existentes perante ao Ministério das Comunicações e ANATEL;

Justificativa

O município de Londrina constituiu o Serviço próprio de Telecomunicações no Paraná, em característica inovadora aos padrões da época - em 1964. Após a constituição do chamado Sistema Telebrás mesmo assim o município de Londrina contribuiu com a sua empresa de telecomunicações e até a criação da nova Lei Geral de Telecomunicações em 1997 foi a fonte primária de inovação tecnológica em caso único no Brasil no setor de Telecomunicações. Após a criação do município de Tamarana, por desmembramento de um distrito rural de Londrina, a concessão originária abrangeu então a dois municípios paranaenses.

Há controvérsias atualmente sobre o Controle dos Bens Reversíveis por parte da ANATEL sobre os da Sercomtel S.A. Telecomunicações e mesmo outras empresas similares, necessitando o devido esclarecimento para as modificações legais que se pretende e foram divulgadas pela própria ANATEL sobre o assunto.

Transcrevo a informação prestada pelo Presidente da Sercomtel S.A. Telecomunicações no jornal Tele.Síntese que diz

sobre a possível indenização aos munícipes de Londrina por seu investimento em bens e redes de telecomunicações desde 1964 e não da União ou governo federal como no grupo Telebrás e no caso do Paraná - grupo Telepar:

"Tele.Síntese – Vocês têm até abril para assinar a renovação do contrato de concessão. E tanto a Sercomtel como a Algar Telecom vivem uma situação especial de contrato com reversibilidade dos bens, sendo que seus bens nunca foram da União. Os da Sercomtel eram do município de Londrina e da Algar Telecom, de um grupo privado. Como fica essa questão? Schneider – Nós estamos aguardando a proposta da Anatel, que pode contemplar alguma mudança no modelo. Se for mantido o conceito de propriedade, eu não vou poder assinar uma renovação sob risco de improbidade administrativa, pois a rede era do município de Londrina, portanto não pode ser reversível para a União a não ser que ela indenize o município. Mesmo para a posse precária, precisaria ter havido a aprovação de uma lei autorizativa pela Câmara Municipal de Londrina, o que não aconteceu."

Sala das Sessões, em fevereiro de 2016.

**Deputado LUIZ CARLOS HAULY
(PSDB-PR)**